

**As relações institucionais entre alunos, professores e a gestão do ensino superior,  
sob a luz da LDB, na forma da Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.**

Patrícia Mendonça de Souza Oliveira<sup>1</sup>

Departamento de Educação

Curso de Mestrado em Educação

Disciplina: Políticas Educacionais – 2006/2

Profa. Dra. Iria Brzezinski

**Resumo:** Este artigo apresenta uma avaliação da relação institucional entre alunos e professores do ensino superior à luz da LDB 9394/96. As problemáticas existentes serão expostas e analisadas de acordo com observações referentes a cursos de graduação em Pedagogia. A função do gestor e suas implicações institucionais conforme a LDB será também ponto de discussão. Ainda, haverá avaliações referentes à gestão educacional no que diz respeito à tomada de decisões. A coerência entre o papel de cada um, desenvolvidos no processo educacional superior e de seus direitos e deveres, será trabalhado com destaque.

**Palavras-chave:** LDB, alunos, professores, gestão, ensino superior.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Patrícia M. S. O.

## **Introdução.**

No Brasil, a educação superior se caracteriza por algumas definições específicas acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que destina à União a competência para estabelecer as normas para esse nível de ensino.

Em vistas à LDB, a educação superior tem o objetivo de estimular a produção cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o do pensamento reflexivo, oferecendo incentivos ao trabalho de pesquisa e investigação científica, com foco no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura. Essas peculiaridades fazem com que a meta possa ser, ao final do processo educacional superior, o entendimento do homem e do meio em que vive (LDB 9394/96 – BRASIL,1996, Art. 43, incisos I e II).

A lei mencionada promove a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, além de instituir um processo regular de avaliação do ensino das instituições (Art.46). Ainda em seu texto, valoriza o magistério (Art. 67).

Dessa forma, faz-se nesse contexto de regras e normas (orientadas pelo sistema educacional, via Lei nº. 9394/96), que, no artigo 12, inciso I, haja a previsão de que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, que se estabelece a relação professor-aluno.

Será apresentado neste artigo um estudo focado na relação existente entre professor e aluno - na educação superior - e quais as influências que alguns mecanismos de gestão educacional exercem nessa relação.

É importante valorizar a gestão educacional e a relação professor-aluno, que, em alguns momentos do cotidiano escolar, direcionam-se ao mesmo foco, ilustrando uma relação direta entre esse relacionamento e a gestão educacional. Apesar de parecer que a responsabilidade por essa relação seja somente desses dois personagens (em primeira instância), sabe-se da influência e da importância da gestão educacional.

## **Objetivos.**

O objetivo deste trabalho foi uma investigação das relações entre professor e aluno na educação superior e, ainda, de que maneira a gestão de um curso de Pedagogia pode afetar tal a relação; dos seus professores aos seus alunos. A tentativa de se obter uma resposta para essa questão pode ser verificada em análises de algumas características referentes ao ensino superior e a participação de seus atores.

O motivo para a delimitação desses parâmetros de investigação no curso de Pedagogia não se constituiu por ser modelo de representação didática ou docente, mas por tratar-se de questões que se referem ao ser humano e a tudo aquilo que lhe rodeia.

Uma outra motivação para a pesquisa foi o fato de que, em muitas e variadas situações, podemos exercer os dois papéis como sujeitos distintos nessa relação, e, portanto, colhermos os louros dos benefícios e sofrermos com as agruras decorrentes, da mesma forma. Isso faz com que a investigação das origens e motivos destes eventos possam ser analisadas e estudadas.

O fato de que muitos indivíduos atuam profissionalmente em contextos deste tipo permite verificar que a qualidade na relação professor-aluno pode ser relacionada a inúmeros fatores, e a responsabilidade de controlar essa qualidade não depende apenas dos dois sujeitos envolvidos (o aluno e o professor), mas também de toda uma inserção de contextos didáticos, técnicos, pedagógicos e institucionais.

Considerarmos o conhecimento produzido como agente que traz legítimas contribuições, tanto na melhoria da compreensão das relações entre alunos e professores da educação superior, quanto no estudo de novos paradigmas e o avanço na gestão desse nível de ensino é fundamental. Para tanto, é necessário entender não apenas os processos e vínculos estabelecidos, como também todos os trâmites de gestão do curso, os objetivos traçados e a realidade prática.

A compreensão da relação professor-aluno na educação superior como algo que se estrutura no cotidiano universitário é o que nos permite entender o perfil do

“contrato didático”. Tal contrato é definido por Brousseau (1998, pp. 33-115) como um contrato que se explica entre o professor e o aluno, com regras sobre o comportamento que é esperado de ambos, cada qual cumprindo um papel.

Na educação superior, a relação entre professor e aluno está aberta a regras, definições pedagógicas. Depende diretamente dos professores e do curso, dos critérios de avaliação, das convenções que em muitos casos não são claramente estabelecidas por professores e alunos, mas também (e diretamente) pela gestão do curso, e, até mesmo algumas delas pela legislação vigente.

Portanto, o contrato didático tem a força de reafirmar o conceito de instituições de educação superior como agentes sociais que, muitas vezes, são responsáveis não somente pela formação acadêmica, mas também cultural do discente, o que define com exatidão a finalidade da educação superior, conforme expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O foco deste artigo passa pela gestão educacional, valorizando-a como um processo de tomada de decisões quando colocada em voga sobre projetos de caráter políticos e pedagógicos.

O desenvolvimento de um gerenciamento do ensino (que precisa estar atualizado com a análise da organização da sociedade) por meio de uma avaliação das questões econômicas, políticas e sociais, envolve na análise as relações interpessoais, moldadas como pares a relação professor-aluno que, de forma direta ou indireta, podem ser encontradas e norteadas pela gestão do curso de forma a consolidar uma teia de relações sociais que compõem a rotina social e todas as suas decorrências.

Ao construir este estudo, definiu-se como meta a abordagem de elementos de percepção em relação ao paralelo professor-aluno. Sobre a gestão, vale destacar o Art. 56 da LDB, que se explica por si só: “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

## **Discussão.**

Quando indagados sobre sua relação com os professores, é comum identificar respostas similares, que valorizam a importância do docente em sala de aula como um indivíduo coerente e responsável. O professor é – em grande parte dos casos – considerado um modelo que deve ser seguido, além de atuar como elo entre aluno e o conhecimento. Em tese, essa visão coincide com o discurso de muitos professores que levantam críticas à escola tradicional e afirmam a importância do lúdico.

Entretanto, na prática, em muitas salas de aula da educação superior, o que se observa é uma excessiva preocupação com a teoria e completo descaso quanto à utilização da didática e de recursos pedagógicos que são essenciais no que diz respeito à formação universitária. Dessa maneira, o que pode ser facilmente percebido em algumas disciplinas é um hiato que se forma entre a teoria e a prática.

A relação dos professores com os alunos, sob uma ótica interpessoal, cria dois diferentes tipos de professores: o autoritário (que se sustenta sobre a égide da educação tradicional), e o democrático (visto como um professor facilitador, mais próximo e aberto às possibilidades educacionais).

Segundo Abreu e Masetto (1990, p. 113), “o professor e o aluno interagindo formam o cerne do processo educativo”, o que significa, em outras palavras, que a aprendizagem somente acontece quando a dinâmica das relações entre professores e alunos se consolida em uma relação justa e imparcial.

O que se observa é a necessidade da superação da relação tradicional entre professor e aluno (que perdurou predominantemente por décadas na prática pedagógica). É fato que tal necessidade se torna eficaz a partir de uma análise coerente do universo sociocultural e particular do aluno, para que o desenvolvimento do processo comunicativo seja executado pelo docente facilitador da aprendizagem, nunca pelo tradicionalista.

Como referência à atuação do bom professor, estabelece-se, por exemplo, a liberdade de comunicação, de expressão, a eficaz delimitação dos conteúdos

adaptados à realidade do aluno, a flexibilização das regras do contrato didático e, sobretudo, a valorização da autonomia. Em suma, a facilitação do acesso ao professor e a relação de diálogo (orientada historicamente por princípios filosóficos humanistas), cria melhores condições ao aluno para que sua participação no processo de ensino e aprendizagem possa ser de maior validade.

A postura autoritária de alguns professores não diminuiu seus méritos adquiridos durante sua formação acadêmica, mas cria entre ele e seus educandos um abismo pessoal. Outras características como a inflexibilidade, a exagerada exigência (sem retorno prático para o aluno), a aplicação da teoria desvinculada da reflexão e da prática, significam abusos configurados pelas relações de poder do docente - que progressivamente se distancia dos alunos e da realidade a qual eles se inserem -, fazendo com que o processo ensino aprendizagem seja unilateral.

No atual contexto educacional (e das relações que se estabelecem por ele), por vezes torna-se difícil identificar o professor do ensino superior que continua sendo referência. De acordo com Cunha (2001), da mesma forma que os professores atuais foram influenciados pela prática pedagógica de seus professores, podem, com certeza, influenciar seus alunos.

Por outro lado, seguindo como consequência a anos de submissão perante professores autoritários e incompetentes, o respeito dos alunos para com os professores muitas vezes se extingue. O salto pessoal que é o ingresso ao meio universitário faz com que muitos alunos se percam no que se refere ao respeito pela figura do professor, criando assim uma situação mútua de desrespeito e pouco aproveitamento.

Outro aspecto significativo e interessante é a relação existente entre os professores mais e menos exigentes, e o respeito. Normalmente, muitos docentes acabam por solucionar as dificuldades que têm com os alunos seguindo parâmetros pouco didáticos. Ou seja, quanto mais exigente o educador, mais facilmente será respeitado pelos alunos, inclusive os mais problemáticos.

Os professores que mantêm com seus alunos um relacionamento de maior proximidade são comumente mal-interpretados, muitas vezes não recebendo o

devido respeito. Isso denota que os discentes, ou pelo menos alguns deles, no ensino superior, apresentam dificuldades (inerentes à adolescência) em reconhecer os limites e os papéis que devem ser representados na comunidade acadêmica.

Observando por uma esfera institucional, a gestão também deve ser vista como parte importante de um processo de gerenciamento do curso. Ela deve ser identificada e definida como um agente administrador, que assume um papel significativo na relação professor-aluno e, mais ainda, em todo o processo pedagógico. É a partir dessa perspectiva que a gestão e suas repercussões na relação professor-aluno – objeto central desse estudo – tem sua posição de destaque.

De acordo com os conceitos de gestão, os alunos devem compreender o paradigma emergente de gestão como questões relacionadas às estruturas circulares, integradas e decisões tomadas através do diálogo, da negociação (Bordignon; Gracindo, 2000).

Uma confusão geralmente acontece quando se tenta estabelecer uma figura que represente a idéia de gestão. Os discentes costumam associar diretamente a gestão com a figura do coordenador do curso; pensamento até certo ponto correto, porém limitado, visto as distintas estruturas de organização que cada instituto acadêmico apresenta.

Segundo Morin (1997), desde que tome decisões que aparentemente apresente soluções concretas, o gestor assume sua função na teoria da gestão, mas, de acordo com as políticas que lhe influenciam, pode marcar com seus princípios e valores uma organização que, a princípio, é por natureza institucional.

É importante observar que, em alguns casos, sabe-se que professores que já tiveram experiência em outros níveis de ensino e lecionam na universidade apresentam quase como unânime a opinião de que é significativamente mais prazeroso o ensino superior. Como justificativa a essa realidade pode-se ter, por exemplo, o crescimento e avanço profissional que se tem graças à constante necessidade de estar atualizado. Além disso, a ênfase que se tem sobre ensino, pesquisa e extensão se torna mais efetiva.

O que se observa, no entanto, no discurso docente, principalmente (nos professores que têm como base a formação a Pedagogia), é a necessidade da humanização da Educação. Sob tal perspectiva, o curso de Pedagogia, que em teoria deveria ser o modelo para essa visão de Educação, se configura, muitas vezes, como a lacuna na regra. Isso faz com que a prática docente seja cada vez mais distinta da teoria que é apresentada em sala de aula.

O objetivo de se estabelecer um sistema de educação que seja mais humano, criativo, no qual a história e o potencial dos alunos devem ser considerados é uma realidade. E, para tal realidade, o papel dos professores é, de forma geral e ampla, trabalhar com provas, notas, cobranças; em outras palavras, ensino e avaliação da aprendizagem segundo os modelos da escola tradicional, tendência pedagógica que submete todos os alunos a um mesmo ritmo (diferenciando-os, portanto, por potencial e dedicação as atividades acadêmicas).

Em relação à gestão do curso de Pedagogia, constata-se que os professores apresentam consciência sobre a gestão do curso e também sobre a gestão institucional. A compreensão da gestão do curso como um elemento que consolida a gestão institucional é motivo de desenvolvimento, seguindo afirmativas que denotam a importância das decisões, das normas, das discussões do colegiado, (constituído pelo coordenador, por professores e um representante dos alunos).

Associando esses pensamentos à realidade educacional – e dispensando qualquer idéia de superioridade - alunos e ser professores no ensino superior (mesmo diante de todos os conflitos e contradições existentes nesse contexto) passam por uma experiência vivenciada que atribui aos personagens em questão mais responsabilidades que as presentes em outros níveis de ensino.

Os discentes, por sua vez, que não se comprometem com a realidade educacional (quando só estão em busca de nota e frequência), acreditam que, para atingir seus objetivos, ignoram a responsabilidade que o ensino superior lhes aplica.

Do mesmo modo que para os alunos a vida universitária é uma fase de preparação para a vida profissional, representando as possibilidades de ampliação

e de produção do conhecimento, para os docentes significa o aumento no nível de exigência para a execução de suas atividades, como a preparação das aulas, a elevação no nível de conhecimento e o correto desenvolvimento das atividades relacionadas à pesquisa e extensão com os discentes.

Um ponto em comum no discurso dos professores e dos alunos é a predominância de uma relação aberta, facilitadora da aprendizagem. Entretanto, a relação do poder adquirida pelo desenvolvimento do saber também deve ser considerada. A deficiência entre teoria e prática no processo pedagógico, o que causa drásticas conseqüências na formação do educador, em regra, afasta da realidade do educando práticas modernas e criadoras e desenvolve uma pedagogia presa a paradigmas tradicionais.

Ainda sobre a gestão à gestão educacional, é perceptível que, enquanto para os alunos o seu significado é inexato, para os professores existe uma elucidada segurança sobre os conceitos e valores instituídos e sobre sua participação na interação do professor com o aluno; seja positiva ou negativamente, vai variar de acordo com as normas institucionais e com subjetividade e flexibilidade do gestor.

O entendimento desses conceitos e valores delimitados pela gestão, por professores e alunos, permite uma maior clareza no contrato didático e no estabelecimento de uma equiparidade nas relações, agindo forma coerente e menos conflitante.

Ao que se refere à influência da gestão na relação entre os professores e alunos, deve-se perceber que a gestão do curso interfere em níveis diferentes, de modo concomitante: através de decisões do gestor durante a estruturação do pedagógico em geral; com valor específico, no relacionamento com o professor e com o aluno, além da orientação generalizada a estes em dificuldades e vicissitudes.

De acordo com Bordignon e Gracindo, (2000), quando se constitui uma instituição educacional, é viável a assimilação de orientações políticas e pedagógicas que se sustentam e se estabelecem no projeto político-pedagógico em

vigor. O caráter político a qual esse projeto se submete e responsável pela ação da sociedade e comuta a si valores agregados que o caráter pedagógico se ocupa por ser ativamente um substrato da função escolar.

A gestão do curso ainda se responsabiliza por dar suporte ao trabalho pedagógico, o que não constitui apenas ações em sala de aula, mas, em outros setores como ações de outros elementos do sistema universitário (reitoria, direção, coordenação, secretarias).

Estes estão em contato com os alunos e professores e que, assim, têm a sua função no processo de tomadas de decisões. Dessa forma, todo o processo de tomada de decisão não deve ocorrer isolado; deve, diretamente, constituir um processo coletivo no qual cada personagem cumpre a sua função e participa da construção de um ensino superior qualitativo.

O relacionamento entre o professor e o aluno, particularmente, com a gestão do curso, se dá por meio da figura representativa do coordenador, que influencia o comportamento de todos que estão submetidos a sua orientação e que interfere ativamente na forma como se realizam as atividades do curso.

De acordo com Moscovici (1985), as relações interpessoais nada mais são que meras atividades humanas e que ocorrem permanentemente entre as pessoas na sociedade, por meio de comportamentos verbais e não-verbais, pensamentos, sentimentos, reações mentais, físicas e sociais.

## **Considerações Finais.**

Em uma universidade se podem definir inúmeras relações pessoais e profissionais. A relação instituída entre o aluno e o professor é, sem dúvida, a mais significativa nesse universo. Para que haja o equilíbrio nessa relação se aplica as interações pedagógicas; delas partem estruturas de organização e relacionamento pessoal que também dependem do aluno, do conhecimento e da aprendizagem.

De acordo com os apontamentos explicitados nesse estudo, percebe-se que cabe somente ao professor a responsabilidade de desenvolver um bom plano de curso, definir quais conteúdos aplicar, qual a metodologia a ser definida, as referências bibliográficas, enfim, definir como será o processo criação do conhecimento.

Ao aluno, cabe respeitar as decisões docentes, estudar, aprender e demonstrar sua capacidade em produzir conhecimento. Tal fato caracteriza e ilustra a relação de autoridade-subordinação presente na dualidade professor-aluno (nunca autoritarismo). Sendo assim, o professor tem a função social de controle do processo de aprendizagem; é dele o poder de tomar decisões e conduzir esse processo.

Essa relação caracterizada por assimetria e pela troca de influências individuais e diferentes permite que seja estabelecido um vínculo de dependência entre os participantes. Segundo com Tavares (1996), tal assimetria dá-nos à idéia da não-sobreposição da relação interpessoal existente. Mesmo havendo um seu alto grau de reciprocidade na relação entre os sujeitos desse processo, estes continuam sendo um ser individualizado, exclusivo.

O texto final da LDB – Lei 9394/96 trouxe regulamentações e dispositivos que facilitaram e atualizaram a consolidação do processo educacional no país. Sua aplicabilidade às questões referentes ao ensino superior configura uma série de posturas direcionadas aos alunos, professores e gestores, na busca da eficiência quando avalia a capacitação dos docentes, seus métodos de trabalho e sua relação com o alunos, e, institucionalmente, a atuação do gestor enquanto agente

responsável pela organização e otimização do funcionamento de um curso superior.

## Referências bibliográficas.

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. *O Professor Universitário em Aula: Prática e Princípios Teóricos*. 8. ed. São Paulo: MG, 1990.

BOHOSLAVSKY, R. H. A Psicopatologia do Vínculo Professor-Aluno: o Professor Como Agente Socializante. In Patto, M. H. (org). *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, pp. 320-41.

BORDDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da Educação: o Município e a Escola. In Ferreira, N. S. C; Aguiar, M. da S. (orgs). *Gestão da Educação: Impasses, Perspectivas e Compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000, pp.152-153.

BROUSSEAU, G. *Théorie des Situations Didactiques: Didactique des Mathématiques*. Grenoble: La Pensée sauvage, 1998.

CUNHA, M. I. da. *O Bom Professor e a sua Prática*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001.

MORIN, P. *A Arte do Gestor: da Babilônia à Internet*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento Interpessoal*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

SANDER, B. *Gestão da Educação na América*. Campinas: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, D. *Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1980.

TAVARES, J. *Uma Sociedade que Aprende e se Desenvolve: Relações Interpessoais*. Porto: Porto, 1996.

